

Desindexação divide ministros

por Cláudia Safatle
de Brasília

Ficou claro, ontem, se não uma séria divergência na área econômica do governo, uma significativa diferença de enfoques quanto à possibilidade de se promover uma desindexação da economia. O ministro do Planejamento, Delfim Netto, considerou a desindexação "uma coisa muito complexa. Uma sugestão aparentemente simpática mas com riscos extremamente graves para uma economia totalmente amarrada como a nossa". Já o ministro da Fazenda, Ernane Galvães, e o presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni, manifestaram uma nítida posição a favor, antevendo, inclusive, que a desindexação poderá ser a segunda etapa do pacote que foi aprovado ontem, para reduzir o déficit público. "Desde que haja apoio do Congresso Nacional, da classe empresarial e mes-

mo dos sindicatos dos trabalhadores", como se expressou Galvães, em entrevista logo após a reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN). De fato, os empresários que integram o CMN foram unânimes em defender a desindexação.

"As medidas adotadas hoje (ontem) têm alcance antiinflacionário, mas não se completam, pois não possuem os mecanismos necessários para impedir a propagação dos efeitos em cadeia", observou Galvães, antevendo de imediato um processo de inflação "corretiva", que deve ter um paradeiro em meados do segundo semestre.

Langoni utilizou do mesmo tom: "O governo deu o primeiro passo, de maneira corajosa e coerente, arrumando suas contas e isto amplia as condições para outras medidas que virão, principalmente na direção de quebrar a relação automática entre a inflação passada e a inflação futura".



Ernane Galvães

A decisão de desindexar a economia não foi tomada ontem, amarrando o pacote, por transcender a esfera do Executivo, como ponderou o presidente do Banco Central, alegando que a desindexação não é uma decisão de caráter técnico, mas sim uma providência que "exige negociação, consenso e compreensão

para que possa, de fato, ser adotada de maneira efetiva e eficaz".

Segundo participantes do CMN, o ministro do Planejamento chegou mesmo a se posicionar a favor da desindexação da economia, particularmente dos salários, durante a reunião do Conselho. Em entrevista à Empresa Brasileira de Notícias, entretanto, ele deixou evidente uma postura, no mínimo, cautelosa em relação ao assunto.

Alegando que o governo prefere uma política "mais tranquila de redução da inflação do que uma política mais dramática", embora reconhecendo que a "eficácia do conjunto de medidas adotadas ontem talvez seja um pouquinho menor, em termos de velocidade", do que se teria se houvesse uma política de salários "mais ajustada à realidade", ou "uma política que trabalhasse não com a inflação passada mas com a inflação futura".

O caminho escolhido pelo presidente Figueiredo, entretanto, foi o de "não criar nenhum impedimento que pudesse vir a representar uma perturbação no processo político", declarou o ministro do Planejamento, esclarecendo que essa via implicaria redução da inflação "paulatina, mas segura".

Galvães e Langoni, em diferentes entrevistas, procuraram manter convergência de posturas, transferindo qualquer definição do assunto ao Congresso Nacional e "todos esperamos que o Congresso saiba encaminhar uma solução que atenda aos interesses do País", como alertou o presidente do Banco Central, lembrando que a questão salarial, hoje, "é fundamentalmente política" e que, além do projeto do governo, o Congresso Nacional dispõe, agora, de outras alternativas, como a proposta do senador pedetista, Roberto Campos, de livre negociação.

A desindexação, para o ministro da Fazenda e o presidente do Banco Central, teria de ser profunda, abarcando não só os salários mas também a correção monetária aplicada aos ativos financeiros. "Esta última pode ser feita sem maiores traumas, à medida que a correção monetária que incide sobre os ativos financeiros é instantânea e antecipa qualquer tendência inflacionária", disse Langoni.

Ele alinhavou as três fases pelas quais deveria transcorrer um processo de desindexação, caso seja esta a decisão, "da sociedade brasileira": primeiro, um controle efetivo das causas das altas taxas inflacionárias — o que procurou ser efetuado no pacote de ontem; em segundo lugar, uma clara definição do que quer em termos de política salarial e, por último, a desindexação "lenta e gradual" nos ativos financeiros.